

A Psicoterapia nas Políticas Públicas de Saúde: aplicabilidade e desafios no âmbito do SUS

Psychotherapy in Public Health Policies: applicability and challenges in the SUS

Maria Iara de Lima Carneiro¹  , André Sousa Rocha²  , Jessica Pascoalino Pinheiro³  ,
Marcossuel Gomes Acioles⁴  , Francisco Evalderson Teixeira Rodrigues⁵  , Rochelly
Rodrigues Holanda⁶ 

1. Graduada em Psicologia
Centro Universitário – Uninta - Campus
Itapipoca
Especialista em Gestão em Saúde Pública e
Saúde Coletiva
Especialista em Intervenção ABA aplicada ao
TEA- Transtorno do Espectro Autista
E-mail: iaralima544@gmail.com

2. Doutorando em Psicologia (UNIFOR)
Docente da UNIQ – Faculdade de
Quixeramobim
E-mail: andresousarocha9@gmail.com

3. Mestra em Psicologia (UFC)
Psicóloga no Centro Gestáltico de Fortaleza
E-mail: jessica.psscoalino1@gmail.com

4. Mestre em Psicologia e Políticas Públicas
(UFC) - Campus Sobral
Docente no Centro Universitário – Uninta -
Campus Itapipoca
E-mail: marcossuel.acioles@uninta.edu.br

5. Mestrando em Psicologia (UNIFOR)
Docente no Centro Universitário – Uninta -
Campus Itapipoca
E-mail: evalderson.rodrigues@uninta.edu.br

6. Doutora em Psicologia (UFC)
Docente no Centro Universitário – Uninta -
Campus Itapipoca
E-mail: rochelly.holanda@uninta.edu.br

Artigo de Revisão

Resumo:

O presente estudo desenvolveu-se acerca da psicoterapia, especificamente no campo das políticas públicas de saúde. Tendo como objetivo averiguar na literatura a aplicabilidade da psicoterapia nas políticas públicas de saúde e os possíveis desafios frente à sua execução no campo. Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa, com abordagem qualitativa. Os descritores utilizados foram: “psicoterapia” e “serviço público”, “escuta psicoterapêutica” e “serviço público”, “psicoterapia” e “SUS”, “SUS” e “psicologia”, “psicoterapia” e “clínica ampliada”. Após a aplicação dos filtros e a seleção dos artigos, obteve-se nove publicações como resultados da pesquisa. As discussões giram em torno da utilização da psicoterapia como intervenção em alguns casos nas políticas públicas de saúde. E aponta para os principais desafios apontados na literatura para a execução da psicoterapia nesse campo. Por fim, os objetivos da revisão foram alcançados, uma vez que tinham como finalidade avaliar a aplicabilidade desse tipo de intervenção no campo das políticas públicas de saúde e como essa intervenção pode impactar nos processos de qualidade de vida dos sujeitos, além de elucidar os desafios frente à sua aplicação nesses espaços.

Palavras-chave: Aplicabilidade; Desafios; Psicoterapia; Políticas públicas de saúde; SUS.

Abstract: The present study was developed around psychotherapy, specifically in the field of public health policies. The objective is to investigate in the literature the applicability of psychotherapy in public health policies and the possible challenges facing its implementation in the field. This is an integrative bibliographic review, with a qualitative approach. The descriptors used were: "psychotherapy" and "public service", "psychotherapeutic listening" and "public service", "psychotherapy" and "SUS", "SUS" and "psychology", "psychotherapy" and "extended clinic". After applying the filters and selecting the articles, nine publications were obtained as search results. The discussions revolve around the use of psychotherapy as an intervention in some cases in public health policies. And it points to the main challenges highlighted in the literature for the implementation of psychotherapy in this field. Finally, the objectives of the review were achieved, as their purpose was to evaluate the applicability of this type of intervention in the field of public health policies and how this intervention can impact on the subjects' quality of life processes, in addition to elucidating the challenges regarding its application in these spaces

Keywords: Applicability; Challenges; Psychotherapy; Public health policies; SUS.

Introdução

A psicoterapia é um conjunto de estratégias e técnicas psicológicas que são utilizadas em indivíduos que procuram compreender suas emoções e sentimentos. Suas raízes históricas têm origens em diferentes áreas, tais como a medicina antiga, a religião, a filosofia, a cura pela fé e o hipnotismo, mas foi no final do século XIX que ela se estabeleceu como um método de tratamento (Cordioli et al., 2019). Atualmente, a psicoterapia exige um embasamento teórico, com técnicas e métodos que são utilizados pelo psicoterapeuta, que frequentemente baseia sua prática no modelo que melhor se alinha como a sua visão de mundo.

No entanto, faz-se imperioso destacar dois equívocos comuns em relação à psicoterapia. Em primeiro lugar, algumas pessoas, inclusive profissionais, a encaram como um *setting* onde devem ir aqueles que se sentem culpados ou errados de alguma forma. Em segundo lugar, há a falsa ideia de que a terapia é um ambiente onde os pacientes devem aprender valores e receber dicas a serem seguidas em diversas situações, para que assim possam saber lidar de maneira adaptativa (Pompeia, 2004). Contudo, esses equívocos existentes podem lançar a psicoterapia em uma posição de superioridade, sendo visto como detentor do saber, o que pode então prejudicar o processo psicoterapêutico e, consequentemente, o insucesso na aliança terapêutica.

Para contornar esse problema, há visões que concebem a psicoterapia como um momento de autoconhecimento, em que o sujeito pode se reconectar com aspectos que foram obscurecidos ao longo do tempo na sua experiência de vida. Essa perspectiva ampliada redefine a natureza da psicoterapia, afastando-a de uma relação hierárquica e destacando-a como um processo cooperativo e colaborativo. Portanto, ao colocar o foco na busca conjunta pelo bem-estar emocional, terapeuta e paciente trabalham como uma equipe, buscando um ambiente seguro, de confiança em busca de crescimento mútuo para que assim seja propício atingir os objetivos definidos pelo cliente (Pompeia, 2004; Silva, 2017).

Essa abordagem colaborativa na psicoterapia encontra âncora nas políticas públicas de saúde, que objetivam fortalecer as condições de saúde da população. Assim como na psicoterapia, em que terapeuta e paciente colaboram para atingir objetivos específicos, as políticas públicas de saúde foram concebidas para promover o bem-estar coletivo, sendo organizadas a partir de atribuições governamentais para a promoção, proteção e recuperação em saúde dos sujeitos e da coletividade (Lucchese, 2004; Silva et al., 2022).

Portanto, ao abordar essa temática, é essencial apresentar sucintamente a regulamentação do principal programa público de saúde do Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS, cuja base legal é o Sistema de Saúde vigente, desempenha um papel indispensável na garantia do acesso universal, equânime e igualitário à saúde (Ferreira & Rocha, 2025; Rodrigues et al., 2023). Documentos importantes que regulamentam esse sistema são a Constituição Federal de 1988, que reconhece a saúde como um direito fundamental e estabelece, juntamente com a Lei 8.080/90, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, e a Lei 8.142/90, que estabelece a participação popular no SUS e a transferência de recursos intergovernamentais (Matta, 2007).

Os marcos legais apresentados além de definirem os princípios fundamentais do SUS, moldam o contexto em que a equipe multidisciplinar atua. Além disso, por muito tempo, os profissionais continuaram praticando o que faziam em seus consultórios privados, sem uma referência clara sobre o significado de atender as pessoas no âmbito das políticas públicas de saúde.

Portanto, o cuidado integral que se conhece na atualidade, não foi um processo que apenas começou com a entrada dos psicólogos nesses espaços, mas exigiu uma autocrítica coletiva, sobre o que é fazer saúde nas políticas públicas. Essas reflexões também fomentam a necessidade de pensar em outros espaços de realizar a prática clínica, que devem ser ampliados e não reduzidos (Oliveira, 2009).

A partir dessas, surge a necessidade de se pensar e desenvolver o que se conhece atualmente como clínica ampliada para compreender os processos de saúde e adoecimento, além de destacar a importância de sujeitos participativos no seu processo de saúde (Brasil, 2009). De acordo com Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos no Centro de Atenção Psicossocial (2022), essa abordagem concebe as questões coletivas e políticas, indo além da mera visão individualista do sujeito.

A clínica ampliada representa uma ruptura com os modelos tradicionais, individualistas e biomédicos de intervenção em saúde e busca, portanto, uma abordagem mais ampla para o processo de saúde dos sujeitos. Nesse contexto, a interseção entre a psicoterapia e as políticas públicas de saúde encontra na clínica ampliada um ponto de convergência. Esse tipo de intervenção psicológica deve ser pensado e executado levando em consideração esse cuidado interdisciplinar, um cuidado em rede e com articulação de vários saberes. Diante do exposto, objetivou-se averiguar na literatura se há aplicabilidade da psicoterapia para algumas demandas nas políticas públicas de saúde e os possíveis desafios frente à sua execução no campo.

Método

Nesta pesquisa, optou-se por utilizar a metodologia de revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa. A revisão integrativa é um método que permite compreender determinado fenômeno por meio da sumarização de múltiplos estudos científicos, a fim de subsidiar a tomada de decisão e incorporar evidências na prática profissional. É uma abordagem que admite a inclusão de estudos que adotam diversas metodologias (Vianna et al., 2013).

Para a consecução da pesquisa, foram seguidas as seguintes etapas: (1) elaboração da pergunta norteadora; (2) busca ou amostragem na literatura; (3) coleta de dados; (4) análise crítica dos estudos incluídos; (5) discussão dos resultados; e (6) apresentação da revisão integrativa (Souza et al., 2010).

A busca foi realizada no período de fevereiro a julho de 2023, a partir da seguinte problemática: “qual a aplicabilidade da psicoterapia para lidar com as demandas existentes no campo das políticas públicas de saúde e quais são os prováveis desafios da sua implementação no campo, para que possa ajudar os psicólogos a contribuir com o avanço do conhecimento sobre a temática?

As bases de dados e as bibliotecas de consulta foram as seguintes: (*Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico. Para a operacionalização das buscas, foram utilizados os seguintes descritores: “psicoterapia” e “serviço público”, “escuta psicoterapêutica” e “serviço público”, “psicoterapia” e “SUS”, “SUS” e “psicologia” e “psicoterapia” e “clínica ampliada”.

Para facilitar as buscas, definiu-se como critérios elegíveis: a) artigos originais e disponíveis na íntegra para *download*, desde que dialogassem com o tema em questão; b) a natureza da pesquisa poderia ser básica ou aplicada; c) os objetivos poderiam ser descritivos, explicativos e exploratórios; d) o recorte temporal estabelecido foram os estudos publicados nos últimos 10 anos (2012-2022); e) as produções deveriam estar redigidas no idioma português, brasileiro. Enquanto que os critérios de exclusão foram: a) literatura não revisada por pares; d) artigos não disponíveis gratuitamente para leitura; c) preprints, d) artigos que não contivesse ligação com o que foi proposto na questão problema do estudo e, por fim, e) estudos que estavam duplicados ou incompletos.

O primeiro levantamento realizado foi a partir dos descritores “psicoterapia” e “serviço público”, através da SciELO. Com a busca obteve-se quatro artigos, aplicando o filtro temporalidade e idioma, esse número reduziu para dois artigos. Posteriormente a leitura na íntegra, constatou-se que dos dois artigos recuperados, os dois foram considerados elegíveis para a pesquisa. Esses mesmos descritores foram utilizados na BVS, resultando em 16.900, com

aplicação dos filtros temporalidade e idioma, resultando em 15.500. Em seguida, foi aplicado o filtro artigos de revisão que culminou em 69 produções.

Após análise, verificou-se que não havia artigos essenciais para a pesquisa. No que se refere ao repositório do Google Acadêmico, recuperaram-se 598 publicações. A partir da aplicação da temporalidade o número reduziu para 218. Posteriormente, com o filtro idioma ficou em 20 e ao final foi aplicado o filtro assunto principal (psicoterapia; SUS), resultando em oito artigos. Em seguida, analisando as publicações, foi concluído que não havia produções que destacassem a temática principal do estudo.

A segunda combinação de descritores foi “escuta psicoterapêutica” e “serviço público”, no Google acadêmico. Ao total obteve-se 7.290 publicações. Após o filtro de temporalidade ficaram 5.310. Em um segundo momento, após aplicar o filtro idioma, o resultado foi reduzido para 5.100 publicações. Por fim, foi aplicado o filtro de artigos de revisão, o que resultou em 121 publicações. Dessas, a partir da leitura de títulos e resumos, considerou-se um artigo elegível para compor o estudo. Vale ressaltar, que essa mesma combinação de descritores foi utilizada no SciELO e BVS. Entretanto, nenhuma das bibliotecas virtuais encontrou artigos.

A terceira combinação realizada, deu-se por meio dos descritores “psicoterapia” e “SUS”, na base de dados do SciELO. Inicialmente resgataram 1.244 resultados. A partir da aplicação do filtro coleção Brasil, esse número reduziu para 576. Posteriormente, a aplicação do filtro idioma ficou em 477, e o último filtro foi a temporalidade, o que culminou em 171 resultados. Após a análise das produções recuperadas e considerando os critérios de inclusão e exclusão, quatro artigos foram considerados aptos para a discussão.

Aplicando os mesmos descritores na BVS, recuperaram-se 1.600 pesquisas. A partir da aplicação do filtro idioma, restaram 436 produções. Com o segundo filtro temporal, ficaram 302 e o último filtro foi o assunto principal (saúde mental; psicoterapia; saúde pública), assim ficaram 83 resultados. Após a análise dos resumos dessas pesquisas, incluiu-se um artigo para a revisão. Essa mesma combinação foi realizada no Google Acadêmico, que resultou em 150.000. Aplicando o filtro de temporalidade esse número reduziu para 29.900.

Já com o filtro idioma limitou-se para 12.400, e empregando o filtro artigos de revisão culminou em 491 periódicos. Após a análise foi verificado que nenhum dos artigos era distintos dos já selecionados.

Utilizando os descritores “SUS” e “Psicologia”, na BVS, a busca reportou em 9.046 artigos. Foi aplicado o filtro de idioma reduzindo esse número para 3077. O outro filtro aplicado foi dos últimos 10 anos, em que ficaram 2750 resultados. E por fim, foi aplicado o filtro assunto principal (saúde pública; psicologia clínica e serviço de saúde mental), com isso, foram encontrados 160 artigos para análise. Após uma exploração, por meio dos resumos das pesquisas, foi verificado que um artigo se configurava como essencial. Os mesmos descritores também foram utilizados no SciELO e Google Acadêmico. Com a aplicação dos filtros, foi verificado que as publicações encontradas ao final da busca não se tratavam de publicações que poderiam compor essa pesquisa.

Por fim, o último levantamento realizado foi a partir dos descritores “psicoterapia” e “clínica ampliada”, através do Google Acadêmico. Dessa forma, foram recuperados 16.700 resultados. Com aplicação do filtro temporalidade, resultou em 16.000 artigos, em seguida foi utilizado o filtro idioma, ficando 12.000 resultados e por fim, foi utilizado o filtro artigos de revisão, com isso ficaram 330 artigos para a análise.

Após uma análise a partir dos resumos das publicações, foi constatado que nenhuma das publicações respondiam o objetivo dessa revisão. Foi aplicado a esses descritores na BVS. Inicialmente, obteve-se 218 periódicos, aplicando o idioma esse número reduziu para 60, com a temporalidade culminou em 24. Logo após, a leitura na íntegra dos resumos, contatou-se que nenhum artigo era elegível para a pesquisa. No banco de dados do SciELO, a busca não resultou em nenhum resultado.

Para obtenção dos dados, foi produzido um quadro-resumo elaborado que conta no início dos resultados e discussões, onde contém informações como: ano de publicação, título do periódico, autores, objetivos e as revistas de publicação.

A análise dos dados em resultados e discussões deu-se da seguinte forma: leitura, descrição dos dados, leitura detalhada das publicações, construção de fichamentos com comentários para sistematizar as ideias, bem como foi realizada a organização dos mesmos, agrupando-os por semelhanças e organizando-os em categorias temáticas.

Com isso, foram analisados nesta revisão de literatura 09 materiais bibliográficos a partir das bases de dados. É importante salientar que a análise do material coletado seguiu um processo cuidadoso frente às fases propostas por Bardin (2011) sendo a: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados. No sentido de construir as categorias de análise, as quais foram criadas a partir de uma exploração cuidadosa das temáticas dos artigos.

Resultados e discussões

Os resultados obtidos nesta revisão se apresentam através da tabela a seguir:

Tabela 1 - Artigos Selecionados Para a Revisão a seguir

Títulos dos Artigos	Autores	Objetivos	Ano	Revistas
Atendimentos Psicológicos Breves em Instituições Públicas de Saúde: Contribuições do Existencialismo Sartriano.	MACHADO, Franciele Cabral Leão. VACCARO, Marina Menegheti. FREITAS, Sylvia Mara Pires	(...)expor as contribuições do existentialismo sartriano para a prática de atendimentos psicológicos de curta duração em instituições públicas de saúde (...).	2021	Psicologia: Ciência e Profissão.
As marcas da violência sexual infantil e alternativas de Tratamento.	HENZ, Letícia Fernanda.	(...)tem como objetivo discutir os principais sintomas e consequências sofridas pelas crianças vítimas de violência sexual, como também, as possíveis intervenções e formas de tratamento para estes casos.	2013	Biblioteca Virtual de Saúde.

Efeitos psicoterapêutico s em um participante de um ato socionômico.	FERNANDES , Claudia Clementi.	(...) evidenciar os efeitos psicoterapêuticos de atos socionômicos públicos. Destacando um participante deste trabalho, o qual trouxe o tema protagônico e foi atendido individualmente ao longo de quatro sessões psicoterapêuticas para a elaboração do vivido, reafirmando a efetividade do trabalho.	2021	Rev. Bras. Psicodrama,
Intervenção psicológica em vítimas de estupro na cidade de São Paulo.	SILVA, Erick Pereira. VAGOSTELL O, Lucilena.	(...) analisar, por meio da experiência profissional de psicólogas, as especificidades do processo de intervenção terapêutica em mulheres vítimas de estupro.	2017	Arquivos Brasileiros de Psicologia.
Psicoterapia para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no sistema público: panorama e alternativas de atendimento.	HOHENDOR FF, Jean Von. HABIGZANG, Luísa Fernanda. KOLLER, Silvia Helena	(...)abordar a questão da garantia de acesso ao tratamento psicoterápico de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual pelo sistema público, tendo em vista que o desenvolvimento de psicopatologias em curto e em longo prazo está associado à experiência de violência sexual.	2015	Psicologia: Ciência e Profissão.
Psicoterapia com Idosos: Percepção de Profissionais de Psicologia em um Ambulatório do SUS.	GOMES, Emanuele Aparecida Paciência. VASCONCEL OS, Fernanda Gomes. CARVALHO, Josene Ferreira.	Investiga-se a atuação da psicoterapia com idosos, através de profissionais que atuam na área.	2021	Psicologia: Ciência e Profissão.
Representação de psicoterapia em crianças atendidas em instituição de saúde.	POLLI, Rodrigo Gabbi;	(...) investigar como crianças que estão em atendimento psicológico na rede básica de saúde representam a sua terapia.	2013	Psicologia em Estudo.

ARPINI,
Dorian
Mônica.

Tratamento de Pacientes Usuários de crack e outras drogas nos CAPS AD.	XAVIER, Rosane Terezinha. MONTEIRO, Janine Kieling.	(...)caracterizar as intervenções terapêuticas no tratamento de pacientes usuários de crack e outras drogas, levando em consideração ações, dificuldades, abordagens terapêuticas, desafios e sugestões para o enfrentamento das drogas.	2013	Psic. Rev. São Paulo
Violência contra a mulher: uma revisão integrativa sobre os fazeres da psicologia.	VASCONCEL OS, Célia Maria.	(...)O estudo teve como objetivo realizar uma revisão integrativa sobre fazeres do psicólogo no campo da violência contra a mulher.	2017	Repositório Institucional da UFC.

Fonte: Dados extraídos dos próprios artigos (2024).

A partir dos levantamentos realizados e das publicações obtidas nessa revisão, os resultados e discussões, apresentaram-se diante de tópicos de acordo com as temáticas encontradas. Sendo eles: utilizando a Psicoterapia como intervenção de alguns casos nas Políticas Públicas de Saúde e os Desafios de aplicar a Psicoterapia no campo em questão.

Psicoterapia como intervenção de alguns casos nas políticas públicas de saúde.

De acordo com os resultados obtidos, algumas das publicações apontam para a capacidade que a psicoterapia tem de intervir com algumas demandas no campo das políticas públicas de saúde (Hohendorff et al, 2015; Henz, 2013; Polli, Arpini, 2013; Xavier, Monteiro, 2013; Vasconcelos, 2017; Silva, Vagostello, 2017; Gomes et al, 2021; Fernandes, 2021). Assim, esse tópico será explanado por

meio de subtópico, já que alguns achados dialogam entre si e outros serão discutidos separadamente.

3.1.1 Aplicação da psicoterapia em crianças e adolescentes que sofreram violência sexual

Dois artigos apontam para a violência sexual de crianças e adolescentes e a utilização da psicoterapia como ferramenta de intervenção nesses casos. Um dos achados volta-se para esses dois públicos (Hohendorff et al., 2015), enquanto o outro aponta apenas para o público infantil (Henz, 2013) e, a outra publicação expõe a representação da psicoterapia para crianças atendidas em instituições de saúde (Polli e Arpini, 2013).

Como consequência da violência sexual, diversas psicopatologias podem surgir, como por exemplo, transtornos de ansiedade, problemas interpessoais, transtornos depressivos, problemas com abuso de álcool e outras drogas etc. (Hohendorff et al, 2015). Henz (2013), discute especificamente que a violência sexual com crianças, traz sérios danos no desenvolvimento desse público, principalmente quando o agressor tiver vínculo com a criança.

Hohendorff et al. (2015) ressalta que é necessário investir em políticas públicas, para que as crianças e adolescentes tenham acesso à psicoterapia. Sendo as vítimas que apresentam quadros para o desenvolvimento de psicopatologias, devem receber além do atendimento psicossocial, o tratamento psicoterápico quando houver a necessidade. Com o objetivo de aumentar a qualidade de vida desse público que sofreu a violência, além de prevenir o surgimento de diversas psicopatologias nas fases de vida.

Portanto, quando o profissional de psicologia julgar necessário, o encaminhamento para psicoterapia pode ser proposto. Inicialmente, durante o processo terapêutico, a avaliação diagnóstica deve ser cuidadosamente realizada. É importante, destacar que se deve abordar de forma individual cada caso, pois não existe um protocolo a ser seguido na violência sexual com crianças (Henz, 2013).

A autora sinaliza que no ambiente terapêutico a criança expressa-se no brincar, sendo a brincadeira um instrumento que revela os seus traumas. Com

os brinquedos e jogos representam assim seus sentimentos: medo, angústia etc. (Henz, 2013). Referente ao brincar, pode-se elencar com um dos achados dessa pesquisa, que trata da representação da psicoterapia em crianças atendidas em intuições de saúde. Polli e Arpini (2013) apontam a importância que as crianças atribuem aos recursos lúdicos e ao brincar. Esses recursos são considerados dispositivos terapêuticos, pois possibilitam trabalhar a comunicação e os conflitos existentes.

Por fim, pode-se constatar que a psicoterapia é uma das formas de tratamento para lidar com demandas de crianças e adolescentes que sofreram violência sexual, considerando é claro, a singularidade de cada caso. Podendo esse público ser atendido pela assistência social e os serviços de saúde mental. E, a psicoterapia pode-se utilizar do brincar e dos recursos lúdicos para trabalhar essa questão do abuso, como tantas outras.

3.1.2 Intervenção por meio da psicoterapia com mulheres vítimas de violência

Dos resultados obtidos na pesquisa, um faz referência a violência contra mulheres e os fazeres da psicologia (Vasconcelos, 2017), e o outro trata-se de intervenções psicológicas voltadas para vítimas de estupro (Silva e Vagostello, 2017). As duas publicações citam a psicoterapia como ferramenta de intervenção nesses casos.

De acordo com Vasconcelos (2017), as intervenções da psicologia para esse tipo de demanda, compreende em entrevistas clínicas, avaliação psicodiagnóstica, acolhimento, grupos de reflexão e psicoterapia. A autora indica que a psicoterapia possibilita à vítima uma compreensão clínica da experiência de violência vivenciada, elaborando a dor e possibilitando a construção de uma posição subjetiva frente às relações sociais.

Silva e Vagostello (2017), em seu estudo analisam através da experiência profissional de algumas psicólogas que atuam em serviço públicos, as particularidades do processo de intervenção terapêutica em mulheres vítimas de estupro. Os autores apresentam estudos que mostram os benefícios da psicoterapia para esse tipo de demanda. A qual tem por objetivo que a vítima

elabore a violência vivenciada, que perceba que o seu trauma será sempre algo lembrado, porém que ele não seja determinante de suas vidas.

Os dois estudos indicam que os processos grupais têm efeitos terapêuticos para vítimas de violência, uma vez que possibilita a mulher um diálogo, a comunicação e o reconhecimento de demandas diferentes e semelhantes às delas (Vasconcelos, 2017). Permite a comunicação da própria história, a troca das experiências, possibilitando a identificação com outras vítimas, o que pode auxiliar na ressignificação do trauma vivido (Silva e Vagostello, 2017). Ou seja, os dois tipos de intervenções são considerados importantes nesses tipos de demanda, e é importante ressaltar que uma não exclui a outra.

Por fim, é possível perceber que a psicoterapia pode intervir nos processos de qualidade de vida de mulheres que passam ou já passaram por violências, sejam essas de cunho sexual ou não. No entanto, é importante ressaltar que a psicoterapia não pode desliga-se de questões presentes no social, no que se refere a violência contra as mulheres.

3.1.3 Utilização da psicoterapia com idosos

A elaboração desse subtópico, deu-se por meio de um dos resultados encontrados nesta pesquisa. Esse artigo traz a percepção de alguns profissionais de psicologia, acerca da psicoterapia com idosos em um ambulatório público, como também identifica os resultados de suas intervenções (Gomes et al, 2021).

O estudo aponta que as principais demandas que chegavam até os profissionais no ambulatório, se tratavam de depressão, insônia, e sobrecarga do cuidado, estresse e até suicídio enfrentado pelos idosos. Referente aos efeitos do processo de psicoterapia, a pesquisa indicou que é a diminuição dos sintomas depressivos, os idosos começam a ter mais autonomia, conseguem fortalecer suas estratégias de enfrentamento a determinadas situações etc. (Gomes et al, 2021).

Portanto, a partir do exposto é possível averiguar que a psicoterapia com o público idoso têm seus ganhos. No entanto, é considerável destacar que as

intervenções no âmbito das políticas públicas de saúde com idosos, não se limita apenas a psicoterapia, é possível intervir de diferentes maneiras seja com grupos, oficinas terapêuticas, atendimentos domiciliares etc.

3.1.4 A psicoterapia intervindo em outras demandas das políticas públicas de saúde

No último subtópico, sobre a aplicabilidade da psicoterapia será abordado duas publicações, que citam esse tipo de intervenção. Primeiramente, trata-se de um artigo que aborda os efeitos psicoterapêuticos de algumas sessões individuais, para um participante que se destacou em um psicodrama públicos realizados no Centro Cultural de São Paulo (Fernandes, 2021). E, o outro estudo aborda o tratamento de usuários de crack e outras drogas no CAPS (Xavier e Monteiro, 2013).

A primeira publicação aponta que após a experiência grupal, o participante foi chamado para realizar algumas sessões individuais, com o objetivo de organizar o conteúdo vivenciado por ele, além de organizar e ressignificar as questões experienciadas pelo o mesmo. O autor sinaliza que no final dos encontros individuais, o participante acaba por ampliar suas possibilidades de ser um pouco de cada personagem experienciado no espaço grupal. Portanto, as sessões individuais ocorreram alguns efeitos psicoterapêutico ajudando a ele a ressignificar os personagens interpretados, os quais foram vivenciados por ele de forma muita intensa e só depois ele conseguiu atribuir novos sentidos para esses (Fernandes, 2021).

A partir dessa publicação, é possível pensar em como as intervenções individuais podem possuir legitimidade para trabalhar algumas questões, sendo uma alternativa de cuidado mais focado. Assim, pode-se propor que quando identificado em processos grupais, demandas que seja necessário um maior aprofundamento, que haja o reconhecimento de tratar de forma individual tal questão.

Por fim, nesse subtópico é abordado um estudo de Xavier e Monteiro (2013) acerca do tratamento de usuários de crack e outras drogas no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O estudo destaca que são inúmeras as intervenções desenvolvidas no CAPS AD, como atendimento individual (ou seja,

psicoterapia), atendimentos em grupo, atendimentos de desintoxicação, visitas domiciliares etc.

Assim, a pesquisa indica que de fato não existem intervenções específicas para o tratamento do crack e outras drogas, pois várias atividades visam à reinserção social do usuário. No entanto, é possível perceber que a psicoterapia está no conjunto de intervenções para tratamento de quem faz uso abusivo de crack e outras drogas. Podendo assim, ser compreendida como uma intervenção que resulta em processos de qualidade de vida dos sujeitos, não sendo é claro a única alternativa de cuidado.

3.2 Desafios para Aplicação da Psicoterapia no Campo das Políticas Públicas de Saúde

Referente aos desafios da aplicação da psicoterapia nas políticas públicas de saúde, foram poucas as publicações que se obteve com a coleta de dados, a partir dos descritores utilizados nesta pesquisa. Um dos achados refere-se às críticas equivocadas da psicoterapia e do modelo clínico, o que por sua vez está diretamente ligado a um dos desafios de sua aplicação no campo em questão (Leão-Machado et al, 2021). O outro achado, se refere às limitações encontradas para aplicação desse tipo de intervenção (Silva e Vagostello, 2017).

3.2.1 Críticas à psicoterapia e ao modelo clínico nas políticas públicas

Leão-Machado et al, (2021) aponta que algumas críticas por vezes são equivocadas à psicoterapia e ao modelo clínico. Os autores, remetem a estudos anteriores para elucidar essa questão, apontando que as críticas ao modelo clínico e à psicoterapia causa uma negação dessas práticas, o que acaba dificultando a superação dos seus impasses. Onde críticas inadequadas, acabam por não considerar que quando há superação das condições históricas, as situações anteriores não são destruídas, mas muitas delas são conservadas e se ligam às novas. Esse é o caso do modelo clínico de psicoterapia, que atualmente ainda é aplicado nas instituições públicas de saúde. E negá-lo,

consequentemente é contribuir para a conservação dos obstáculos de uma formação que deve ser politizada e crítica.

Ou seja, os autores apontam o que por vezes ocorre nas instituições públicas de saúde, no que se refere à psicoterapia. Há ocasionalmente, um estranhamento da aplicação desse tipo de intervenção, devido a fragilidade que houve quando os profissionais de psicologia adentraram a esses espaços, os quais acabaram levando para dentro desse campo o que faziam nos seus consultórios privados. Situação essa, que é já apontada nesta revisão por alguns autores, como é o caso de Oliveira (2009), o qual indica que para superação desse impasse, houve a necessidade de uma autocrítica coletiva, o que fez os profissionais, aos poucos fossem se afastando desse modelo de intervenção individualista que era pregado na época.

No entanto, é importante destacar que não é que a psicoterapia seja individualista, mas era como ela era desenvolvida. Por vezes, não se englobava o cuidado do indivíduo ao seu contexto, o sujeito era tido como a parte do seu cenário de vida (Leão-Machado et al., 2021). Ou seja, não é que esse modelo de intervenção seja individualista, mas o modo que o profissional aplica é que pode ser egocêntrico. No entanto, já está mais do que claro, que o trabalho da psicologia como todo nas políticas públicas, é um trabalho que deve se levar em consideração todo o contexto social do sujeito, e que deve ser sempre uma atuação em redes, valorizando a interdisciplinaridade do cuidado. Assim, a psicoterapia nestes espaços deve ser desenvolvida levando em consideração todas essas questões.

Portanto, um dos desafios da aplicação da psicoterapia nos espaços públicos, seja às críticas equivocadas a esse tipo de intervenção. O que, por vezes pode causar o profissional, a cogitar que está sendo conivente com práticas individualistas, no entanto é importante que o mesmo tenha discernimento que ele só estará sendo colaborador dessas práticas, se esse despender o sujeito do contexto em que está inserido, e não levar em consideração um trabalho que seja ampliado. Também é considerável, que o profissional tenha compreensão, de que no âmbito público não é o único tipo de intervenção, e que de fato ele só considere aplicar a psicoterapia quando julgar

necessário, para não transformar os serviços psicológicos das políticas públicas em apenas atendimentos ambulatoriais

3.2.2 Limitações encontradas para aplicação da psicoterapia

Esse subtema foi pensado a partir de um resultado encontrado nesta pesquisa, o qual já foi discutido anteriormente. O estudo, trata-se uma pesquisa de campo, no qual foi realizada entrevistas para algumas psicólogas atuante em serviços públicos de saúde, hospitais e centros de referência a vítimas de violência sexual (Silva e Vagostello, 2017).

O estudo sinaliza as dificuldades das profissionais para fazer o encaminhamento das pacientes para os serviços de saúde mental da rede pública, para que essas venham a realizar psicoterapia. Pois, não havia garantia que as mulheres encaminhadas seriam atendidas nesses serviços, destacando principalmente em municípios menores. Com isso, apontam-se para dificuldade de articulação em rede, pois mesmo que as profissionais julgassem necessário a realização desse tipo de intervenção, não tinha como assegurar que essas conseguiriam ser atendidas. A pesquisa indicou também problemas relacionados à falta de profissionais na rede pública de saúde mental. Citaram principalmente, psicólogos e médicos psiquiatras, para atender essa demanda específica (Silva e Vagostello, 2017).

Os autores apontam uma das entrevistadas que relata sobre a falta de ter mais tempo para cada paciente, sendo que isso não é uma limitação dela, porém da própria instituição. Mencionaram que a profissional atendia um grande volume de demandas, e por isso não consegue acompanhar o caso semanalmente (Silva e Vagostello, 2017). E como sabe-se, isso pode afetar negativamente o tratamento, pois acaba por ser sem nexo, atender um caso com um intervalo de longo tempo. O que pode prejudicar a capacidade da psicoterapia em intervir com algumas demandas, e que essa possa ser colaboradora dos processos de qualidade de vida dos sujeitos.

Considerações Finais/Conclusões

Diante do exposto, é legítimo afirmar que os objetivos dessa pesquisa foram alcançados. Uma vez que tinha como finalidade avaliar a aplicabilidade desse tipo de intervenção no campo das políticas públicas e como essa poderia intervir nos processos de qualidade de vida dos sujeitos. Além de explanar os desafios frente à sua aplicação nesses espaços.

Assim, como apresentado nos resultados e discussões, é perceptível que a psicoterapia tem seus benefícios, no que se refere ao trabalho com crianças e adolescentes que sofreram violência sexual, com mulheres vítimas de violências, com o público idoso, além de ser uma alternativa para o trabalho com usuários de álcool e outras drogas, bem como em situações que o profissional julgar necessário, pois por vezes há carência de um maior aprofundamento da demanda (Hohendorff et al, 2015; Henz, 2013; Polli, Arpini, 2013; Xavier, Monteiro, 2013; Vasconcelos, 2017; Silva, Vagostello, 2017; Gomes et al, 2021; Fernandes, 2021). No entanto, é considerável destacar que esse tipo de intervenção não deve ser a única opção para lidar com os casos citados, visto que vai depender da singularidade desses. Podendo, por vezes, ser necessário ou não esse tipo de intervenção.

No que se refere aos principais desafios da aplicação da psicoterapia, estão as críticas equivocadas, que por vezes há uma negação a priori dessa modalidade devido à fragilidade que houve no início de sua aplicação, pois a mesma era desenvolvida de forma individualista. No entanto, esses impasses devem ser superados, uma vez que a psicoterapia no campo das políticas públicas não deve se desprender de uma atuação ampliada, englobando o contexto sociomaterial dos indivíduos (Leão-Machado et al, 2021). Além de um cuidado que seja interdisciplinar, valorizando a autonomia do sujeito no seu processo de saúde.

Os outros desafios apontados nesta revisão são as dificuldades do encaminhamento dos pacientes à psicoterapia, pois não há uma seguridade de que, sendo encaminhados, esses venham a ser atendidos nos espaços públicos. Como também, a falta de profissionais de psicologia e a alta demanda nesses serviços, o que não garante que o profissional consiga atender o caso frequente (Silva e Vagostello, 2017).

Este estudo, e outros já existentes ou que venham a surgir, a partir desta temática, podem colaborar para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam à população o acesso à psicoterapia quando necessário. Como sugestão, destaca-se principalmente a contratação de mais profissionais para realizarem esse tipo de intervenção, assim como tantas outras. Pois, os profissionais já presentes nos equipamentos, por vezes, não conseguem suprir a grande demanda por atendimentos, e com isso podem não desenvolver a psicoterapia de forma adequada, o que afeta diretamente a qualidade do processo psicoterapêutico. Finaliza-se essa revisão indicando novos caminhos a serem pesquisados, pois o objetivo deste trabalho não foi encerrar a temática, mas sim abrir novas possibilidades de análise.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Humaniza SUS:** clínica ampliada e compartilhada. Brasília, 2009. 64 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.
- CORDIOLI, Aristides Volpato; ALVES, Lucas Primo de Carvalho; VALDIVIA, Lucianne; ROCHA, Neusa Sica. As principais psicoterapias. In: CORDIOLI, Aristides Volpato; GREVET, Eugenio Horacio (org). **Psicoterapias - Abordagens Atuais.** 4. ed. [Porto Alegre]: [Artmed], 2019. p. [3–24].
- FERNANDES, Claudia Clementi. Efeitos psicoterapêuticos em um participante de um ato socioeconômico. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 29, n. 3, p. 198-204, 2021.
- GOMES, Emanuele Aparecida Paciência; VASCONCELOS, Fernanda Gomes; CARVALHO, Josene Ferreira. Psicoterapia com idosos: percepção de profissionais de psicologia em um ambulatório do SUS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, e224368, p. 1-17, 2021.
- Henz, Letícia Fernanda. As marcas da violência sexual infantil e alternativas de tratamento. 2013. 20 p. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em

Ensino na Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. Psicoterapia para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no sistema público: panorama e alternativas de atendimento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, p. 182-198, 2015.

LEÃO-MACHADO, Franciele Cabral; VACCARO, Marina Menegueti; FREITAS, Sylvia Mara Pires de. Atendimentos psicológicos breves em instituições públicas de saúde: contribuições do existencialismo sartriano. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p. e211479, 2021.

LUCCHESE, Patrícia T. et al. **Políticas públicas em saúde pública**. São Paulo: Bireme/OPAS/OMS, v. 90, 2004.

MATTA, Gustavo Corrêa. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. In: MATTA, Gustavo Corrêa; PONTES, Ana Lucia de Moura (Org.). **Políticas de saúde**: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007. p. 61-80. (Coleção Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde, 3).

OLIVEIRA, Marcus Vinicius de; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. A ação clínica e os espaços institucionais das políticas públicas: desafios éticos e técnicos. **Seminário nacional de psicologia e políticas públicas: subjetividade, cidadania e políticas públicas**, v. 5, [Brasília]. Anais... [Brasília]: [Conselho Federal de Psicologia], p. 87-106, 2009.

POMPEIA, João Augusto. Uma caracterização da psicoterapia. In: POMPEIA, João Augusto; SAPIENZA, Bilê Tatit (Org.). **Na Presença do Sentido**: uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas. São Paulo: EDUC; Paulus, 2004.

POLLI, Rodrigo Gabbi; ARPINI, Dorian Mônica. Representação de psicoterapia em crianças atendidas em instituição de saúde. **Psicologia em Estudo**, v. 18, p. 519-528, 2013.

RODRIGUES, Shara Teixeira Belarmino et al. Processo de ensino-aprendizagem na atenção primária à saúde durante o estágio supervisionado: relato de experiência. **Revista da Faculdade Paulo Picanço**, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2023.

SILVA, Erick Pereira da; VAGOSTELLO, Lucilena. Intervenção psicológica em vítimas de estupro na cidade de São Paulo. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 3, p. 183-198, 2017.

SILVA, Maria Andhiara Kaele Feitosa et al. Qualidade de vida e Saúde Pública: Intervenções e perspectiva. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, p. 1-8, 2022.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), v. 8, p. 102-106, 2010.

FERREIRA, Antonny Bruno Martins; ROCHA, André Sousa. O Papel do Psicólogo na Atenção Primária à Saúde: Uma Revisão Integrativa da Literatura. **Revista Cereus**, v. 17, n. 4, p. 134-146, 2025.

VASCONCELOS, Célia. Violência contra a mulher: uma revisão integrativa sobre os fazeres da psicologia. 2017. 35f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, campus Sobral, Sobral, 2017.

VIANNA, Cid Manso de Mello et al. Modelos econôméticos de estimativa da força de trabalho: uma revisão integrativa da literatura. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 23, n. 3, p. 925-950, 2013.

XAVIER, Rosane Terezinha; MONTEIRO, Janine Kieling. Tratamento de Pacientes Usuários de crack e outras drogas nos CAPS AD. **Psicologia Revista**, v. 22, n. 1, p. 61-82, 2013.

Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – ISSN: 2595-0959, V. 7, N. 3, 2024

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Contribuição dos autores

Concepção e conceitualização: MILC, ASR, JPP, FETR, MGA, RRH

Redação do manuscrito original: MILC

Curadoria de dados: MILC, ASR, JPP, MGA, FETR, RRH

Análise de dados: MILC, JPP

Redação textual: MILC, ASR

Supervisão: ASR, JPP, MGA, FETR, RRH

Financiamento

Não houve financiamento.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação, ética e consentimento

Não se aplica.